

Sistema Nacional de Educação (SNE)

Desafios e Propostas: Uma Análise do PLP 235/2019

Desafios Estruturais - Visão Geral

O SNE é um dos normativos mais importantes para superar alguns dos desafios da educação Básica Brasileira com três eixos principais de atuação:

Eixo 1: Governança e Pacto Federativo

Reestruturação dos conselhos, hierarquia normativa, definição de responsabilidades e reorganização das redes.

Eixo 2: Hierarquia Normativa e Contrapesos

Normas educacionais devem possuir hierarquia clara com contrapesos institucionais.

Eixo 3: Planejamento da oferta de Profissionais da Educação

Política interfederativa de planejamento da oferta e demanda de profissionais.

Eixo 1: Governança e Pacto Federativo

Reestruturação e Fortalecimento da Representatividade dos Conselhos de Educação

Diagnóstico

A composição dos conselhos, frequentemente baseada em indicações **sem critério técnico** claro de representatividade.

Fragiliza sua legitimidade e capacidade de refletir as necessidades do sistema de ensino.

Diretriz SNE

A normatização da **composição dos conselhos**.

No CNE, deve-se garantir representação permanente a CONSED, UNDIME, FONCEDE e UNCME.

Nos CEEs, a presença de representantes das **secretarias e conselhos municipais** é fundamental para decisões tecnicamente fundamentadas e legítimas.

Eixo 2: Hierarquia Normativa e Contrapesos

Instituição de Hierarquia Normativa e Mecanismos de Controle

Diagnóstico

A **diversidade de interpretações sobre as diretrizes nacionais** gera desafios de implementação. O **tempo necessário** para deliberações individuais nos conselhos pode comprometer o dinamismo requerido pela política educacional.

Deliberações não articuladas podem dar margem a regras conflitantes entre os estados. Decisões do conselhos locais são soberanas e não há instância de recurso.

Diretriz SNE

Um **sistema de pesos e contrapesos** que organize o fluxo normativo.

Uma hierarquia recursal, com base legal explícita:

- CNE mediar conflitos normativos dos CEEs
- CEEs apoiando junto aos CMEs.

A definição de prazos institucionais para decisões temporalmente sensíveis

Eixo 3: Valorização e Desenvolvimento Profissional

Diagnóstico

A ausência de **planejamento prospectivo** docente gera risco de déficit de profissionais em áreas estratégicas, ameaçando a capacidade de formação de futuras gerações.

Descompasso entre **oferta de profissionais da Educação e demanda real** em cada região, gerando desemprego em certas áreas e carência em outras.

Diretriz SNE

Instituição de um observatório nacional para monitorar indicadores de oferta e demanda de profissionais da educação.

Criação de instância de articulação permanente entre Educação Básica, EPT e Ensino Superior para alinhar oferta, currículos às necessidades estratégicas.



Análise do PLP 235/2019

Visão Geral

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 235/2019 representa um avanço na regulamentação do regime de colaboração, mas apresenta desafios em sua arquitetura de governança.



Análise do PLP 235/2019

Visão Geral

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 235/2019 representa um avanço na regulamentação do regime de colaboração, mas apresenta desafios em sua arquitetura de governança.

Principais Pontos

Cria novas instâncias de pactuação: Comissão Intergestores Tripartite (Cite) e Comissões Bipartites (Cibes)

Subutiliza o capital político e a estrutura de órgãos preexistentes como o CNE e os CEEs

Estabelece **estrutura paralela** que pode gerar conflitos de competência e duplicidade de custos

Reconhece Consed e Undime como entidades indicadoras de membros para a Cite, **mas não institucionaliza formalmente seu status**

Não promove a reestruturação dos conselhos ou outras instituições como instâncias centrais de pactuação.



Conclusão

Síntese dos Pontos-Chave

O Sistema Nacional de Educação é essencial para a qualificação da educação brasileira, enfrentando desafios estruturais em governança, qualidade pedagógica e valorização profissional.

Importância do PLP 235/2019

O PLP 235/2019 representa um **avanço significativo** na regulamentação do regime de colaboração, mas apresenta pontos de atenção **em sua arquitetura de governança**, especialmente na relação com instâncias já existentes.

Próximos Passos

É necessário aprimorar o projeto para:

Fortalecer as instâncias existentes em vez de criar estruturas paralelas

Estabelecer hierarquia normativa clara entre os diferentes níveis de conselhos e possibilidade de recursos e contrapesos

Institucionalizar formalmente o status de **entidades executivas como Consed e Undime**

Institucionalizar espaços de pactuação e colaboração municipal (Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) e de Consórcios Intermunicipais)